

LUGARES DO MAGISTÉRIO NA CORTE IMPERIAL: O PROTAGONISMO DO PROFESSOR CANDIDO MATHEUS DE FARIA PARDAL

PLACES OF TEACHING IN THE IMPERIAL COURT:
THE PROTAGONISM OF THE PRIMARY TEACHER CANDIDO MATHEUS DE FARIA PARDAL

LUGARES DEL MAGISTERIO EN LA CORTE IMPERIAL:
EL PROTAGONISMO DEL PROFESOR CANDIDO MATHEUS DE FARIA PARDAL

Angélica Borges

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, RJ, Brasil

Resumo: Este estudo apresenta uma análise da trajetória do professor Candido Matheus de Faria Pardal (1818-1888) articulando a docência e sua atuação por diferentes espaços e associações de caráter social, político, econômico, religioso e recreativo, na capital do Império brasileiro. A arte de ensinar, os espaços onde atuou e as relações constituídas com os mais variados sujeitos possibilitaram ao professor ganhar experiência e visibilidade na Corte e em outras províncias do país. Sua trajetória permite compor um dinâmico cenário em torno do ofício docente no século XIX que dá relevo à atividade de ensinar, mas também a de associar-se, divertir-se, eleger, ordenar, entre tantas outras, apontando heterogêneos modos de ser e estar na cidade. Para realização da pesquisa foram usados jornais da imprensa oitocentista, disponibilizados pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional; documentos manuscritos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Relatórios da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte; documentos do Arquivo do Museu D. João VI e do Arquivo do Colégio Pedro II. Ao rastrear o 'fio do nome' foi possível levantar uma variedade de informações a respeito da vida deste professor, analisadas em jogos de escalas que organizam a reflexão em duas partes. A primeira trata da atuação de Pardal em sala de aula; a segunda analisa a sua atuação na cidade se desdobrando nos âmbitos local, político, social, econômico, religioso e recreativo.

Palavras-chave: história da educação, professores, trajetória de vida, Brasil Império.

Abstract: This study intends to analyze the trajectory of the primary public teacher Candido Matheus de Faria Pardal (1818-1888), articulating the teaching and his performance by different spaces and associations of social, political, economic, religious and recreational character, in the in the Capital of the Brazilian Empire. The art of teaching, the spaces in which he acted and the relations constituted with the most varied subjects enabled the teacher to gain experience and visibility in the Court and in other provinces of the country. His trajectory allows him to compose a dynamic scenario around the teaching profession in the 19th century that gives prominence to the activity of teaching, but also to associate, amuse, elect, order, among many others, showing heterogeneous ways of being and being in the city. To perform the research were used newspapers of the nineteenth century press, available digitally in the Brazilian national library; handwritten documents of the General Archive of the City of Rio de Janeiro; Reports of the General Inspectorate of Primary and Secondary Education of the Court; documents from the Archives of the D. João VI Museum and the Archives of the Pedro II College. By tracking the 'name string', it was possible to gather a variety of information about the life of this teacher analyzed in sets of scales that organize the reflection in two parts. The first deals with the performance of the Candido Pardal in the classroom; the second analyzes its performance in the city unfolding in the local, political, social, economic, religious and recreational spheres.

Keywords: history of education, teachers, life trajectory, Brazilian Empire.

Resumen: Este estudio presenta un análisis de la trayectoria del profesor Candido Matheus de Faria Pardal (1818-1888), articulando la docencia y su actuación por diferentes espacios y asociaciones de carácter social, político, económico, religioso y recreativo, en la Capital del Imperio brasileño. El arte de enseñar, los espacios en que actuó y las relaciones constituidas con los más variados sujetos permitieron al profesor ganar experiencia y visibilidad en la Corte y en otras provincias del país. Su trayectoria permite componer un dinámico escenario alrededor del oficio docente en el siglo XIX que da relieve a la actividad de enseñar, pero también a asociarse, divertirse, elegir, ordenar, entre tantas otras, apuntando heterogêneos modos de ser y estar en la ciudad. Para la realización de la investigación se utilizaron periódicos de la prensa ochocentista, disponibles en la Hemeroteca de la Biblioteca Nacional de Brasil; documentos manuscritos del Archivo General de la Ciudad de Rio de Janeiro; Informes de la Inspección General de Instrucción Primaria y Secundaria de la Corte; documentos del Archivo del Museo D. João VI y del Archivo del Colegio Pedro II. Al rastrear el "hilo del nombre" fue posible encontrar una variedad de informaciones acerca de la vida de este profesor, analizadas en juegos de escalas que organizan la reflexión en dos partes. La primera trata de la actuación de Pardal en el aula; la segunda analiza su actuación en la ciudad que se desdoblan en los ámbitos local, político, social, económico, religioso y recreativo.

Palabras clave: Historia de la Educación; Profesores; Trayectoria de vida; Brasil Imperio.

INTRODUÇÃO

Candido Matheus de Faria Pardal (1818-1888), considerado pelo meio docente da época um ‘decano dos professores públicos’, exerceu o magistério no município da Corte, capital do Império, por aproximadamente 42 anos. Atuou no ensino primário, secundário e no ensino profissional. Ensinou primeiras letras, desenho, caligrafia e gramática, em instituições públicas e particulares, para meninos e meninas. Fez uso do método mútuo e depois do misto. Foi diretor das escolas municipais abertas na década de 1870, examinador e escritor de compêndios, membro de bancas de concurso público e de diversos exames. Em razão da longa permanência na docência, o professor teve a possibilidade de testemunhar uma série de mudanças e também de permanências no processo de escolarização e na profissão ocorridas na Corte, no âmbito jurídico, político e pedagógico. Mas também pôde acompanhar e participar de outro tipo de mudanças, as dos sujeitos, fossem eles da profissão, do governo ou da escolarização. Nesse sentido, enquanto regente, testemunhou e atuou em mudanças pedagógicas, na burocracia escolar e no público atendido; enquanto colega de ofício, acompanhou o movimento de nomeações de professores – em muitas das quais teve participação direta ao ser membro de bancas –, remoções, jubilações e exonerações; enquanto empregado subordinado do Estado observou o estabelecimento de leis, normas, políticas e formas de gestão por parte do governo; e enquanto um sujeito da cidade, mudanças no espaço urbano e na sociedade carioca. Testemunhou, mas também interagiu e, ao mesmo tempo, foi mudando junto com o magistério, a escola e a cidade.

Igualmente chama atenção a sua atuação em outros lugares que ultrapassam os limites da escola, mas possivelmente a ela conectados, que permitiram o exercício de um protagonismo docente e constituir maneiras de se inserir na sociedade. Nesse ínterim, a proposta deste trabalho consiste em analisar uma parte da trajetória do professor Pardal por meio de uma trama que articula a docência e a sua atuação em diferentes espaços religiosos, recreativos, sociais e políticos, na capital do Império brasileiro. Buscou-se investigar por quais lugares transitou, as relações estabelecidas ao longo da vida, quais foram as atuações políticas e sociais na sociedade da época que deram destaque a esse professor, cujo nome circulou significativamente pela imprensa pedagógica e, principalmente, nos noticiosos em geral.

Para realizar o estudo, foi usado um conjunto de fontes composto por jornais da imprensa oitocentista, disponibilizados pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional; documentos manuscritos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ); Relatórios da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC); documentos do Arquivo do Museu D. João VI - UFRJ e do Arquivo do Colégio Pedro II (NUDOM).

A investigação usou o recurso metodológico do ‘fio do nome’ de Ginzburg e Poni (1991). O trabalho de rastreamento recorreu a um conjunto diversificado e volumoso de fontes que, como uma bússola, contribuiu para delinear caminhos, estratégias de pesquisa, de análise e escrita. Ao rastrear o “fio do nome” foi possível levantar uma variedade de informações a respeito da vida deste professor, analisadas a partir do conceito de jogos de escalas de Revel (1998, p. 20), em que o local e o global se encontram entrelaçados, considerando que “[...] variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama”. Revel (1998, p. 28) assinala que, na experiência da microanálise, “[...] cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se insere em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global”. Desse modo, para o autor, não existe hiato, nem oposição entre história local e história global.

O estudo está organizado em duas partes. A primeira trata da atuação de Pardal em sala de aula; a segunda analisa a sua atuação na cidade se desdobrando nos âmbitos local, político, social, econômico, religioso e recreativo.

A EMERGÊNCIA DE UM PROFESSOR

Na historiografia da educação, Candido Matheus de Faria Pardal é comumente citado nas pesquisas como um dos signatários do Manifesto dos Professores da Corte de 1871 (Schueler, 2002; Lemos, 2006; Borges, 2008), como diretor das escolas municipais (Gondra & Schueler, 2008) e como autor, juntamente com José Ortiz, de uma gramática (Teixeira, 2008; Schueler, 2008). Natural do Rio de Janeiro, Pardal nasceu em 10 de janeiro de 1818 (Blake, 1899). Sua filiação foi localizada durante a pesquisa nos jornais. Conforme informação obtida na lista de qualificação dos votantes da freguesia do Engenho Novo (Diário do Rio de Janeiro, 1877) era filho de Matheus Henriques de Faria. Sua mãe foi identificada durante o levantamento dos familiares dos alunos da Escola Pública de Santa Rita de 1855. Uma mulher responsável por um dos alunos era mãe de Pardal. Chamava-se Elisa Vieira da Silva (Gazeta de Notícias, 1881).

Pardal foi aluno de desenho da Academia Imperial de Belas Artes, onde ganhou uma medalha de ouro em pintura histórica, prêmio que favoreceu seu ingresso como professor de desenho no Imperial Colégio de Pedro II em 1839. Em 1837, dois anos antes, Pardal havia sido aprovado em concurso público para professor primário da Escola Pública da freguesia de Santa Rita, onde permaneceu até 1874 quando se aposentou do cargo. Em 1872 foi nomeado diretor das escolas municipais, mantidas pela Câmara Municipal, uma indicação relacionada à sua atuação política pelo Partido Conservador.

A fixação geográfica de Pardal na região das freguesias vizinhas de Santa Rita e de Santana permitiu que ele pudesse construir relações mais duradouras com a

localidade, permanência temporal que torna o espaço produtor de tensões e de estratégias (Borges & Vidal, 2016). Os caminhos de ex-alunos, pais, encarregados e o professor se cruzaram várias vezes após a saída dos meninos da escola da freguesia de Santa Rita, pois, como personagens dinâmicas, frequentavam e atuavam em outros espaços. Esses espaços, embora não fossem mais o da escola, também eram lugares de aprendizagem, como assinala Costa (2012, p. 20) que, operando com uma concepção mais ampla de educação, faz uma análise sobre “[...] educar-se como a experiência vivida, o ensinar e o aprender entre os próprios sujeitos populares, mesmo fora da escola, fosse em associações de trabalhadores, ou de forma mais difusa no seu cotidiano”.

Nesse sentido, o exercício da leitura e da escrita em suas vidas cotidianas passa pela experiência de aprender com o professor Pardal e de observar suas agências, com o qual os alunos também podem ter aprendido mais do que os conteúdos escolares. Ao vivenciarem um espaço onde seus pais, encarregados e o professor, no exercício de outras atividades, travavam relações fora do ambiente escolar, mas ao mesmo tempo em conexão com ele, poderiam aprender jogos políticos, estratégias de resistências, de reivindicação, formas de inserção na cidade, modos de ser e estar na capital do Império, muitos dos quais registrados nas várias notas de jornais do século XIX.

Como a trajetória do professor o permitiu construir uma imagem de ‘ilustre’ na classe? Acompanhar notícias dos jornais nos fornece elementos para compreender o processo de constituição de uma “carreira” docente supostamente bem-sucedida. No conjunto de notícias elogiosas veiculadas pelos jornais, destaca-se uma do Correio Mercantil (1859), estrategicamente assinada pelo codinome ‘Imparcialidade’.

Assistimos no dia 20 do corrente o encerramento das aulas da escola pública da freguesia de Santa Rita, dirigida pelo Illm. Sr. Candido Matheus de Faria Pardal; e nessa ocasião ficamos surpreendidos por vermos o adiantamento e a aplicação de seus discípulos, pois argumentaram sobre gramática, doutrina cristã, aritmética, etc., de uma maneira prodigiosa.

Há muito que tínhamos o Sr. Faria Pardal em consideração pelo seu talento e ilustração e bem assim pelas suas belas qualidades, porém deste dia em diante este conceito elevou-se por ver a amizade, o esforço e dedicação que ele emprega com seus discípulos, a fim que eles para o futuro se coloquem em altas posições.

Parabéns, pois aos pais dos alunos por terem entregue o cuidado da educação de seus filhos a uma pessoa tão distinta; parabéns ao Sr. Pardal por ver que o seu trabalho não tem sido infrutífero.

Desculpará o Sr. Pardal, se com essas palavras ofendi a sua modéstia, porém elas são filhas da ‘Imparcialidade’.

A exibição pública de exames dos alunos e de encerramento das atividades escolares foi uma prática frequentemente usada por Pardal, tanto na escola pública de Santa Rita, quanto nas escolas municipais. Foi possível localizar vários anúncios onde Pardal noticia ou convida os interessados a assistirem ao ‘espetáculo’, estratégia que poderia funcionar como uma espécie de ‘vitrine’ da escola – numa época em que exposições estavam em voga (Vidal, 2006; Barbuy, 2006) –, onde seriam exibidos os bons resultados de um investimento pedagógico efetuado por Pardal, ao qual se pretendia dar visibilidade. Era uma forma de divulgar as vantagens dos métodos trabalhados e selecionados pelo professor, assim como os programas, livros e, talvez, materiais usados. A estratégia parece ter sido profícua, visto que os jornais publicavam notas de elogio acerca da exposição. A parabenização dos pais e a expectativa de que os alunos se colocassem em ‘altas posições’ apresentadas pelo jornal igualmente chamam a atenção dos leitores para a escola, à qual se pretende atribuir prestígio. Cunhar a ideia de ‘escola-exposição’, inspirada na de ‘cidade-exposição’ de Heloisa Barbuy, pode ter muitos limites no caso da escola da freguesia de Santa Rita, a começar pelo fato de não funcionar em prédio próprio e sim na mesma casa onde residia o professor Pardal. Mas o conceito pode ser melhor explorado nas escolas municipais de São Sebastião e de São José, palacetes construídos especificamente para esse fim. Tais escolas recebiam constantes visitas, possuíam um livro especial para registrá-las e receberam um prêmio na Exposição da Filadélfia de 1876.

DOCÊNCIA NA CIDADE

Estudos de Fonseca (2010), acerca dos professores régios na capitania de Minas Gerais, portanto em um período mais recuado no tempo, assinalam suas relações com a administração e com as comunidades onde estavam inseridos, suas atividades na docência e em outras instâncias sociais, demonstrando que

[...] também eles foram sujeitos ativos na construção de estratégias de inserção social por meio do letramento e que o exercício dessa profissão foi tanto o seu meio de sobrevivência material quanto ponto de partida para alcance de outras posições na sociedade. O magistério régio foi a marca que distinguiu muitos deles e nos oferece mais um caminho de aproximação às vidas desses indivíduos na sua relação com os outros e com a sociedade na qual viviam (Fonseca, 2010, p. 18).

De tal forma, da casa para a rua, podemos observar professores públicos e adjuntos participando de variados círculos sociais. Agustín Escolano aborda a importância de analisar a gênese e o funcionamento dos círculos e redes de sociabilidade dos professores a fim de compreender “[...] a configuração societária da profissão dos docentes, um aspecto essencial para analisar o desenvolvimento do

ofício de ensinar” (2011, p. 23, tradução nossa)¹. E cita as irmandades, corporações, associações, conferências, centros de colaboração, espaços de prática e imprensa profissional como os lugares onde se formalizou a sociabilidade docente e se difundiu a arte de ensinar. Para Viscardi (2004, p. 100), as associações cumpriram papel fundamental na sociedade civil ao contribuírem para reforçar identidades coletivas ou até mesmo “[...] funcionar como instrumentos facilitadores do processo de construção de cidadania”. O Quadro I, acerca das instituições e atuações das quais fez parte o professor Pardal, construído a partir da pesquisa, reflete as diferentes dimensões das atividades do professor público na Corte em consonância com as questões em debate na época.

Nº	Instituições e comissões	Posição ocupada
1	Irmandade do Apóstolo Evangelista São Matheus	Escrivão, secretário (1845 a 1850)
2	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	Sócio efetivo (1847)
3	Imperial Sociedade Amante da Instrução	Conselheiro, consultor (1847 a 1852)
4	Sociedade de Baile Guanabara	Diretoria (1852)
5	Estrada de Ferro Pedro II	Acionista (1855)
6	Associação Paroquiana de Santana	Conselheiro (1857)
7	Companhia mútua de seguro de vida de escravos	Comissão (1859)
8	Sociedade campestre	Secretário (1860)
9	Academia Pedagógica	Secretário (1860)
10	Devoção da Nossa Senhora da Madre de Deus	Protetor (1860)
11	Comissão de professores para “acudir o governo imperial”	Membro (1863)
12	Caixa Municipal de Beneficência	Encarregado (1863)
13	Club Fluminense	Diretoria (1867, 1868)
14	Comissão de arrolamento da Corte	Membro (1870)
15	Instituto dos Professores Públicos da Corte	Organizador (1872)
16	Conferências semanais de professores	Organizador (1872)
17	Club Mozart	Secretário (1872)
18	Associação Econômica Auxiliar	Membro (1875)
19	Sociedade Recreio Dramático Riachuelense	Conselho, secretário, vice-presidente e presidente (1876-1885)
20	Associação de Saneamento da Capital do Império	Membro (1876)
21	Comissão para promover donativos para organização da Escola Normal ou uma escola primária de 2º grau	Membro (1878)
22	Imperial Companhia de Seguro Mútuo Contra Fogo	Secretário (1878)/ Conselheiro (1885)
23	Comissão contra supressão dos trens do subúrbio	Membro (1882)
24	Associação Libertadora Visconde do Rio Branco	Presidente (1883)
25	Irmandade Nossa Senhora da Luz	Definidor (AL, 1882)
26	Comissão para agenciar donativos na região de São Francisco Xavier para as vítimas do terremoto na Espanha	Membro (1885)
27	Comissão para organização de “Bando Precatório”	Membro (1885)

Quadro I - Instituições e comissões com participação de Pardal.

Fonte: Borges (2014).

¹ “La configuración societaria de la profesionalidad de los docentes, un aspecto esencial para analizar el desarrollo del ofício de enseñar”.

O número de instituições e de atuações sociais, econômicas, culturais e religiosas com os quais o professor esteve envolvido é consideravelmente grande. Cabe ressaltar que no quadro constam apenas aquelas que foram noticiadas pelos jornais, pois no procedimento de pesquisa adotado não foi possível avaliar sua participação em outras instituições que não tiveram o privilégio de receber uma nota na imprensa, bem como aquelas nas quais Pardal não ocupava um cargo diretivo. Tal constatação demonstra que o professor era uma pessoa muito ativa socialmente. Circulava por várias esferas sociais, desde a ‘boa sociedade’ do Club Fluminense (Diário do Rio de Janeiro, 1867), até a comissão nomeada por moradores do subúrbio, permitindo a constituição de uma diversificada rede de sociabilidade. Operou com a hipótese de que, ao participar desses espaços, ocupar diferentes cargos e angariar apoio de sujeitos de diferentes círculos sociais, Pardal investia em uma carreira pública - possivelmente, na política local -, e exercia um protagonismo docente na sociedade.

ATUAÇÃO LOCAL

Em 1882, o professor Pardal foi relator de uma comissão contra supressão dos trens do subúrbio que receava ver a região despovoada e as casas desabitadas que representavam ‘o capital acumulado à custa de imensos sacrifícios de operários e cidadãos’. Com ‘eloquentes palavras’ o professor, ex-proprietário de escravo, agradeceu ao redator do jornal, o abolicionista José do Patrocínio, pela atitude enérgica de se pronunciar contra a supressão dos trens. Patrocínio agradeceu asseverando que a *Gazeta da Tarde* era a ‘folha do povo’ e que não cumpria mais do que seu dever (*Gazeta da Tarde*, 1882).

Iniciativas populares para reivindicar melhorias para as regiões onde moravam ou interceder em favor de determinados sujeitos pareciam ser bastante comuns e podiam ser frequentemente vistas na imprensa. Os professores, como parte da população, não ficavam alheios às mobilizações. Em alguns casos, o envolvimento da escola e do professor com as mobilizações parecia ser significativo e com bastante proximidade, lançando mão do uso do próprio espaço escolar. O caso da reunião para organização da Associação de Saneamento da Capital do Império ilustra a situação (*O Globo*, 1876). O evento ocorreu, em 15 de outubro de 1876, na escola municipal São José e contou com a presença de inúmeras pessoas, dentre as quais alguns professores como Pardal (diretor da escola) e Carlos Augusto Soares Brazil. Este episódio e seus desdobramentos igualmente sinalizam as relações entre uma instituição local e questões do espaço mais amplo da cidade que mobilizam diferentes sujeitos e suas redes.

A associação emergia a partir de um ponto de vista higienista. Seus organizadores, diante das condições da cidade naquele momento, conclamavam reação urgente da população, alegando a impossibilidade de “[...] permanecer por

mais tempo indiferente ao espetáculo contristador que cada ano vai progressivamente apresentando a capital do Império debaixo do ponto de vista sanitário” (O Globo, 1876). O discurso de abertura da sessão, proferido pelo médico Franklin do Amaral, remetia aos dados produzidos por um dispositivo que igualmente contou com a participação de professores: o recenseamento da população. O recenseamento não consistia em uma iniciativa da população, mas estava relacionado a ela. O procedimento também fez uso do espaço escolar, como no caso da comissão de arrolamento responsável pelo recenseamento do segundo distrito da freguesia de Santana da qual Pardal foi presidente. Sua primeira reunião ocorreu no largo da Imperatriz, nº 125, endereço da escola da freguesia de Santa Rita (Diário do Rio de Janeiro, 1870).

A nomeação de professores públicos entre os convocados para trabalhar no censo se insere bem na perspectiva levantada por Mattos (1994), dos professores como peças estratégicas na administração pública e construção do Estado; e também em uma análise de Carvalho (2007) de que a circulação por diferentes postos da administração pública conferia experiência política aos sujeitos. Embora se trate de proporções distintas, a atuação de professores em atividades locais dava a eles uma experiência local e publicidade de sua imagem que poderiam ser usadas em situações políticas. A proximidade do professor com a população tornava-o agente em potencial para realizar este tipo de tarefa, em razão do conhecimento dos habitantes da localidade, além de possuir informações privilegiadas por ser responsável pelo documento escolar que contém dados úteis ao censo: o mapa de matrícula da escola que, entre outros elementos, registra os nomes dos alunos, dos pais ou encarregados e seus respectivos endereços.

A população também foi mobilizada quando o professor Pardal foi convocado para auxiliar em outra atividade, de caráter cívico e festivo: a organização dos festejos adotados pela câmara municipal para comemorar a “[...] vitória decisiva dos exércitos aliados na República do Paraguai” (Câmara Municipal, 1868, p. 1). A Câmara convocou os moradores a iluminarem a frente de suas casas por três dias e nomeou comissões para envidarem esforços para a montagem de arcos triunfais, artefatos e iluminação nos locais públicos durante os dias festivos. Cabe ressaltar que Candido Matheus de Faria Pardal Júnior, filho do professor, também lutou na guerra e constava na listagem de feridos da batalha de Curupaity (O Publicador, 1866).

Outra atividade relacionada à vida local diz respeito à estrutura do aparato policial. Cada província teria um chefe de polícia. No Rio de Janeiro, ele era nomeado pelo imperador e prestava contas ao ministro da Justiça, indicando os delegados e subdelegados, a serem nomeados também pelo imperador, e estes últimos indicavam os inspetores de quarteirão para serem submetidos à aprovação do chefe de polícia.

Os subdelegados eram distribuídos pelos distritos e podiam nomear “oficiais de justiça” para assisti-los ou para agradecer amigos com um cargo que não era remunerado, mas que dispensava do serviço na guarda nacional. A menor divisão administrativa era o quarteirão, do qual um morador era nomeado ‘inspetor de quarteirão’, também não remunerado e subordinado aos subdelegados, cujo papel era “[...] ficar alerta às atividades suspeitas, maléficas ou ilegais em sua jurisdição local, efetuar prisões em flagrante e atender ao pedido de ajuda de outras autoridades” (Holloway, 1997, p. 161).

Durante a pesquisa, foi localizada a participação tanto de professores quanto de pais de alunos em tais funções. Francisco Xavier da Silva Moura, pai de um aluno matriculado no ano de 1855 na escola pública de Santa Rita, que já havia sido inspetor de quarteirão em 1850, foi suplente do subdelegado da mesma freguesia (1874), assim como o professor Pardal, suplente do subdelegado do segundo distrito da freguesia de Santana (Diário do Rio de Janeiro, 1861). No ano seguinte, Pardal assumiu a condição de subdelegado e publicou nota sobre dia e horário de atendimento do posto, e o local, sua residência na rua da Imperatriz, n.125, ou seja, o mesmo endereço da escola onde lecionava (Correio Mercantil, 1862).

À condição singular do professor Pardal nesse momento se atribui grande poder simbólico. A combinação entre escola, subdelegacia de polícia e residência aproxima ainda mais os vínculos existentes na convenção estipulada entre os sujeitos que educam e os que devem ser educados, os que vigiam e os que devem ser vigiados, os que punem e os que devem ser punidos. Cabe lembrar que os sujeitos do aparato da instrução pública podiam recorrer àqueles do aparato policial para fiscalizar e obrigar aos pais e tutores a enviarem seus filhos para a escola. Com a coexistência dos aparatos no mesmo espaço, o professor Pardal encarnava, sem sair de casa, as funções de ensinar, vigiar e punir, constituindo de tal forma uma primorosa tríade de ações que iam perfeitamente ao encontro dos esquemas da governabilidade engendrados pelo Estado Imperial.

ATUAÇÃO POLÍTICA

A Constituição de 1824 estabeleceu a idade mínima de 25 anos (21 para casados, militares, clérigos e bacharéis) e instituiu o critério de renda mínima anual de 100 mil réis por ano para ser votante² e 200 mil para ser eleitor. A partir da reforma de 1846 o cálculo passou a ser em prata, o que equivalia ao dobro desses valores. Não havia exigência de alfabetização, mas era necessário realizar a qualificação dos votantes que se dava previamente ao dia das eleições, por meio de uma junta formada em cada paróquia, presidida pelo juiz de paz.

²Aquele que, participando das eleições primárias, elegia o chamado ‘eleitor’.

[...] na eleição primária, da qual participavam votantes pobres, as juntas de qualificação sempre representaram o modo como os proprietários e chefes políticos eleitorais manipulavam o poder local, de modo que os costumes de violência eleitoral e de recrutamentos arbitrários, que já tinham raízes na sociedade colonial, persistiriam até que a crise da escravidão impôs a necessidade de novos recursos para atrair o trabalhador livre (Dias, 1998, p. 71).

Alguns sujeitos investigados neste estudo compuseram as juntas, participando ativamente da qualificação dos votantes, ou seja, avaliando o direito de votar dos que poderiam ser considerados cidadãos. No mesmo conjunto de pessoas ligadas à escola havia, portanto, aquelas que podiam ser votantes, aquelas que avaliavam quem podia votar, os que não votavam e os que podiam ser eleitores, cujos filhos e tutelados compartilhavam a mesma sala de aula de primeiras letras.

Em 1881, Dias (1998) lembra que a lei Saraiva extinguiu as eleições primárias de votantes pobres e proibiu o voto do analfabeto. Carvalho (2007) destaca que o índice de participação nas eleições caiu drasticamente, somente sendo recuperado em 1945. Mas, até 1881, quando houve uma série de mudanças, muitos pais e encarregados do ano de 1855 estiveram envolvidos com o processo eleitoral na Corte, assim como o professor Pardal que era eleitor, constava nas chapas para voto dos votantes, votava nas eleições de segundo grau, participava das mesas de qualificação e esteve envolvido em episódio de violência na disputa entre partidos durante as eleições em 1868. Ao ajustar as lentes da investigação, torna-se possível compreender a dinâmica dos processos eleitorais a partir de diferentes escalas de observação, dando a ver tanto as dinâmicas dos eventos locais quanto daqueles de maior amplitude, que envolviam ‘votantes pobres’, autoridades locais, políticos de diferentes escalões e governantes. Esse procedimento permite visualizar a atuação política do professor Pardal por meio de jogos de escalas, conforme conceito de Revel (1998), enfocando seu trânsito por espaços e papéis políticos diversos.

A primeira nota de jornal localizada durante a pesquisa com o nome de Pardal nos processos eleitorais data de 24/12/1850 (Correio Mercantil) em que ele já aparece nas listas de eleitores, como suplente. Nos anos que se seguiram, o professor ora aparecia como eleitor, ora como suplente, ou como membro das mesas eleitorais (escrutador e mesário). Algumas notas referem-se a ele como eleitor pelo Partido Conservador – ligação que lhe rendeu o cargo de diretor das escolas municipais -, mas em suas primeiras aparições em assuntos eleitorais, como a do ano de 1856, Pardal constava na lista de Zacharias de Góes e Vasconcellos, político liberal, o que demonstra o complexo jogo partidário da época. O resultado da votação elegeu Pardal, juntamente com Zacharias, Francisco Joaquim de Nazareth, Visconde de Itaboraí (que tinha sido inspetor da instrução da Corte até o ano anterior, 1855, quando assumiu o cargo Eusébio de Queiroz), e Porfírio José da

Rocha, médico e juiz de paz. A mistura pode ser compreendida no âmbito da política de conciliação iniciada em 1853, abarcando os partidos Liberal e Conservador. Pardal aparecia novamente na chapa de Zacharias em 1860 em uma lista publicada, supostamente como provocação, pelo jornal *Correio Mercantil*, e intitulada ‘Chapa Policial de Santana’ (1860), talvez pela quantidade de pessoas que ocupavam cargos do aparato de repressão do Estado.

Segundo Graham (1995, p. 359, tradução nossa)³, as eleições mobilizavam o interesse da maioria da população masculina e o resultado “[...] era que as eleições podiam ser eventos populares onde os líderes locais reafirmavam sua preeminência ante uma ampla audiência”. Graham também assinala que, apesar dos candidatos a deputados receberem votos apenas dos eleitores, faziam isso por meio de cartas dirigidas aos mesmos e também aos “[...] membros notáveis do povo, cada patrão local demonstrava sua importância induzindo aos votantes, seus clientes, a participar em tumultuosas manifestações” (Graham (1995, 359, tradução nossa)⁴. O resultado disso, afirma Graham, poderia terminar em alegria generalizada ou em confrontos armados.

Pardal e Marcos Bernardino da Costa Passos (que ainda não era professor público à época) são os professores mais antigos encontrados como eleitores, ambos na condição de suplentes, em 1850. Observa-se que os professores eleitores identificados no quadro eram de diferentes freguesias, entre urbanas e rurais, e ao atuarem nos processos eleitorais, ajudavam a configurar o cenário político da época.

No conjunto de professores que atuaram na Corte, havia aqueles ligados ao Partido Progressista, ao Liberal e ao Conservador, o que demonstra que não existia somente uma posição política no interior da categoria e nem que isso impedisse os professores de grupos políticos diferentes de agirem juntos em prol da classe. Apesar das rivalidades no interior do magistério público primário, evidenciados pela imprensa pedagógica (Villela, 2002), havia uma tentativa de passar uma imagem de união.

A freguesia de Santana teve ao longo de três décadas sempre um professor público primário na condição de eleitor, contribuindo para a configuração política das instâncias de governo e das disputas locais. Embora Pardal e Cony fossem ligados a partidos opostos, a rivalidade política não se traduzia em desavenças pessoais. Cony e Pardal, por exemplo, adotaram experiências pedagógicas similares, como a apropriação do sistema Rapet⁵, e notas na imprensa registram elogios de Cony ao trabalho de Pardal.

3 “[...] era que las elecciones podían ser eventos populares donde los líderes locales reafirmaban su preeminência ante una amplia audiência”.

4 “[...] miembros notables del pueblo, cada patrón local demostraba su importancia induciendo a los votantes, sus clientes, a participar en tumultuosas manifestaciones”.

5Elaborado pelo inspetor francês Jean-Jacques Rapet e sistematizado no livro *Cours d'études des écoles primaires* (Borges, 2014).

Na década de 1880, quando residia no Engenho Novo, Pardal apareceu em uma lista publicada em jornal na condição de vereador (O Paiz, 1885). A nota informava que os vereadores haviam entregado ao tesouro da câmara municipal uma quantia ‘agenciada’ na freguesia do Engenho Novo. Essa foi a única menção encontrada ao posto de vereador ocupado por Pardal durante a pesquisa, não sendo possível obter mais informações acerca do fato ou verificar se a nota havia incorrido em erro ao incluir o nome de Pardal. A lista de vereadores publicada pelo *Almanak Laemmert* nesse período não traz o nome de Pardal, por exemplo. Todavia, a possibilidade de eleição de um professor jubilado para um cargo mais alto nos processos eleitorais poderia sugerir a conquista/construção de uma importância e imagem pública ao longo da sua trajetória no cenário carioca.

Outro cargo que estava relacionado às eleições era o de juiz de paz que era eleito nas eleições de segundo grau, juntamente com os vereadores. A reforma do Código do Processo Criminal em 1841 limitou seus poderes, mas segundo Flory (1986) sua figura continuou representando uma autoridade local de controle social. Os incisos do artigo 91 do Código que se referem ao papel do juiz de paz eram:

§ 4º Fazer por em custodia o bêbedo, durante a bebedice.

§ 5º Evitar as rixas, procurando conciliar as partes; fazer que não haja vadios, nem mendigos, obrigando-os a viver de honesto trabalho, e corrigir os bêbedos por vicio, turbulentos, e meretriz escandalosas, que perturbam o sossego público, obrigando-os a assignar termo de bem viver, com cominação de pena; e vigiando sobre seu procedimento ulterior.

§ 6º Fazer destruir os quilombos, e providenciar a que se não formem.

§ 7º Fazer auto de corpo de delito nos casos [...].

§ 9º Ter uma relação dos criminosos para fazer prende-lo, quando se acharem no seu distrito [...].

§ 14º Procurar a composição de todas as contendas, e dúvidas, que se suscitarem entre moradores do seu distrito, acerca de caminhos particulares, atravessadouros, e passagens de rios ou ribeiros; acerca do uso das aguas empregadas na agricultura ou mineração; dos pastos, pescas, e caçadas; dos limites, tapagens, e cercados das fazendas e campos; e acerca finalmente dos danos feitos por escravos, familiares, ou animais domésticos.

Pardal exerceu o cargo na freguesia do Engenho Novo quando já tinha se aposentado. Pelo menos sete professores também exerceram ou se candidataram à função. Segundo Rodycz (2003, p. 12) “[...] representava um passo para a realização de ambições sociais e financeiras [...]”, uma forma de ampliar seu círculo de influências e “[...] obter vantagens sobre os vizinhos, que ficavam jungidos aos

muitos favores que, como juiz, poderia fazer-lhes”. A presença de professores primários na função de juiz de paz também foi identificada por Moraes (2015) na vila de Cotia, província de São Paulo, e por Munhoz (2012) na quinta comarca de São Paulo, que abarcava as vilas de Curitiba e Paranaguá (regiões pertencentes ao atual Estado do Paraná), incluindo os postos de júri e vereador, servindo de exemplo para demonstrar que o envolvimento docente em tais atividades também se dava em outras regiões do país.

Flory (1986, p. 109, tradução nossa)⁶ ressalta a importância local e informal do juiz de paz. Em sua paróquia “[...] era uma personalidade de carne e osso cujos poderes estavam definidos em igual medida pelas pressões individuais e comunitárias que pelos estatutos e decretos”. Um professor público primário, ao ocupar o posto de juiz de paz, poderia mesclar funções diferentes, mas correlatas: educar e ajudar a manter a ordem, encarnando assim duas ‘missões’. Um único indivíduo era, pelo menos, ao mesmo tempo, eleitor, juiz de paz e professor público. Segundo Flory, “[...] como era uma figura tão básica e um produto de seu ambiente, descrever o juiz de paz imperial é, em grande parte, descrever a vida política e social da comunidade paroquial brasileira” (1986, p. 109, tradução nossa)⁷. Dessa forma, no caso das freguesias onde havia a atuação mais intensa dos professores públicos primários ocupando cargos como este, pode-se pensar que descrever o juiz de paz pode ser descrever a vida política e social, mas também a escolar daquele espaço.

O interesse dos professores públicos primários em ocupar o posto de juiz de paz também chama atenção, bem como o fato de exercerem o ensino e o juizado no mesmo lugar, o prédio da escola pública. Era sinal de que a escola, mais do que um espaço de ensinar as primeiras letras, poderia representar um lugar político, concentrando a política de instrução e a política de resolução de problemas locais. De tal forma, a presença de uma escola na localidade poderia gerar mais efeitos do que os esperados pela escolarização primária, dependendo do envolvimento do professor com as agências sociais. Efeitos eleitoreiros, ordenadores, punitivos, conciliadores. Nesse sentido, a importância do papel da escola na paróquia poderia extrapolar as intenções almejadas com o processo de escolarização, visto que poderia estar intensamente envolvida com outros processos políticos e sociais.

Ser convocado para compor o júri da Corte também tinha relação com as eleições, pois seus membros eram designados a partir do quesito de probidade e do critério de elegibilidade nas eleições de segundo grau. Pardal foi, várias vezes, selecionado para o júri em sessões onde o promotor público (que participava da qualificação de jurados) foi seu ex-aluno Antonio Ferreira Vianna, inspetor das escolas municipais em 1872.

6 “[...] era una personalidad de carne y hueso cuyos poderes estaban definidos en igual medida por las presiones individuales y comunitarias que por los estatutos y decretos”.

7 “[...] como era una figura tan básica y un producto de su ambiente, describir al juez de paz imperial es, en gran parte, describir la vida política y social de la comunidad parroquial brasileña”.

No Rio de Janeiro, a lei prescrevia seis sessões do júri ao longo do ano. O processo de julgamento possuía várias etapas. Em uma delas, o juiz lia um resumo dos depoimentos e fazia perguntas aos jurados a respeito da existência do delito, da culpabilidade, do grau de culpabilidade e se requeria indenização. Se os jurados declarassem o réu culpado, o juiz de direito ditava a sentença “[...] sendo este virtualmente seu único papel direto em todo o processo” (Flory, 1986, p. 187, tradução nossa)⁸.

A primeira aparição de Pardal como membro do júri, no material pesquisado, ocorre em *O Correio da Tarde* (1860), numa lista que incluía também Justiniano José da Rocha no corpo de jurados. A última, no jornal *Brazil - Órgão do Partido Conservador* de 3/12/1884. Em tais notas não havia a descrição dos casos a serem julgados. Mas na sessão tratada no *Correio Mercantil* (1861), em que Pardal estava listado como jurado e o promotor também era Antonio Ferreira Vianna, os casos apresentados foram de homicídio, furto, estelionato e resistência. Crimes de diversas categorias, acerca dos quais o professor Pardal emitiria mais um tipo de parecer, entre vários que seu ofício lhe outorgava.

Segundo Flory (1986), tanto o júri quanto o juizado de paz consistiram em instituições inovadoras no Brasil Imperial. Órgãos jurisdicionais populares que, de acordo com Rodycz (2003, p. 4), representavam a descentralização e a democratização da justiça “[...] considerada anacrônica e distanciada do povo [...]”, não obstante o malogro, principalmente da figura do juiz de paz, ocasionado pela pressão das forças oligárquicas. Nesse sentido, a despeito do caráter disciplinador, cabe enfatizar a força da representação que significava a existência de professores primários exercendo tais funções de “[...] participação popular na administração da Justiça” (Rodycz, 2003, p. 29).

ATUAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES, COMPANHIAS E IRMANDADES

No século XIX, é possível observar uma quantidade considerável de instituições com finalidades diversas vinculadas à beneficência, religião, campo literário, instrução, difusão da ciência, previdência, montepios, socorro mútuo, seguradoras, entre outras áreas, conforme assinala estudo de Pereira de Jesus (2013). Apesar de algumas possuírem uma atuação bem delimitada, cabe atentar para a dificuldade de classificar o campo de atuação de algumas outras instituições por extrapolarem ou sobreporem diferentes frentes de ação, não obstante a nomenclatura indicar uma determinada finalidade como bandeira maior. Nesse sentido, o alerta deve ser considerado nas diferentes instituições reunidas nessa mesma parte da análise.

⁸ “[...] siendo éste virtualmente su único papel directo en todo el procedimiento”.

A presença significativa de professores em tais instituições não deve ser algo desprezado, reiterando o alerta de Escolano (2011), tanto por tais espaços formalizarem a sociabilidade docente quanto por ajudarem a difundir a arte de ensinar.

Em 1847, Pardal aparecia na lista dos convidados para se tornarem sócios efetivos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (O Auxiliador da Indústria Nacional, 1847a), cujo aceite foi registrado no periódico da Sociedade no mês seguinte (O Auxiliador da Indústria Nacional, 1847b). Ele foi indicado pelo secretário perpétuo da sociedade, Emilio Joaquim da Silva Maia, que, assim como Pardal, também era professor no Imperial Colégio de D. Pedro II de história natural, geologia e ciências físicas. A indicação para a sociedade, portanto, advinha de uma rede de sociabilidade coligida por Pardal em um espaço escolar onde atuava e o permitiu construir outras redes de relações.

Inspirada na Société d'encouragement pour l'Industrie Nationale, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), segundo Carvalho (2007) foi criada em 1827 e não se referia à indústria no sentido atual, mas à atividade produtiva em geral que na época era a agrícola. Carvalho assinala que a SAIN era mais próxima de um centro de estudos ou sociedade literária, sendo a participação dos políticos “[...] mais simbólica e honorífica do que instrumental” (2007, p. 52). Ela servia de “[...] fórum no qual os elementos mais progressistas defendiam seus pontos de vista [...]”, como a substituição da mão de obra escrava, clamor que não obteve muito êxito. No entanto, elementos do governo usavam os estudos da sociedade para defender certas reformas.

A SAIN possuía um periódico, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, publicado a partir de 1833: “[...] uma atividade de difusão do conhecimento científico e tecnológico produzido no interior de uma comunidade específica, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional” (Barreto, 2009, p. 270). Cabe assinalar que a SAIN também teve participação na fundação de outras sociedades como a Sociedade de Colonização, em 1835, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e o Instituto Fluminense de Agricultura, em 1860 (Gondra & Schueler, 2008).

Todos os sócios que estivessem devidamente diplomados poderiam assistir a qualquer sessão, propor memórias e escritos que contribuíssem para o melhoramento da indústria ou andamento da sociedade, bem como utilizar a biblioteca, examinar as máquinas, consultar arquivos, atas e registros do Conselho (Barreto, 2009). Tais espaços no interior da SAIN poderiam favorecer o contato de seus membros com as inovações e teorias estrangeiras, propiciando a circulação internacional de ideias.

Iniciativas de caráter pedagógico igualmente faziam parte da SAIN. Em 1848, houve uma reforma dos estatutos, um ano após a entrada de Pardal como sócio efetivo, o que pode ter permitido Pardal participar das discussões que pretendiam

alterar o documento. Barreto aponta que os novos estatutos estabeleceram “[...] a institucionalidade da associação como um espaço de caráter educacional” (2009, p. 224). Assim, a sociedade visava colocar à disposição do público máquinas, biblioteca especializada, coleção de produtos naturais, um periódico e aulas para desenvolver as doutrinas industriais.

Os professores igualmente recorriam a instituições de socorros mútuos, previdência, caixas econômicas, seguros, entre outras, como meio de garantir alguma assistência em situações difíceis na vida privada. Havia aquelas fundadas e direcionadas à classe docente, mas vários professores também eram membros de outras instituições que não tinham caráter corporativo. Pardal foi membro da Associação Econômica Auxiliar, encarregado da Caixa Municipal de Beneficência, bem como participou do conselho de administração, como secretário e conselheiro, da ‘Imperial Companhia de Seguro Mútuo Contra Fogo’. Fundada em 1854, a companhia tinha, segundo o estatuto de 1877, o objetivo “[...] principal e único garantir mutuamente aos seus associados, quaisquer riscos e danos, provenientes de incêndios, causados às propriedades que na mesma estiverem seguras” (Brasil, 1877a). Segundo Saes e Gambi (2009, p. 2), “[...] a expansão dessa atividade esteve intimamente associada às crescentes necessidades impostas a uma sociedade em transformação”.

As companhias de seguro denominadas de mútuas eram sociedades “em que todos os sócios dispunham, como proprietários, do mesmo tipo de objeto segurado: fossem embarcações, escravos, prédios ou outras mercadorias” (Saes & Gambi, 2009, p. 15). Dessa forma, chama atenção outra companhia de seguro da qual Pardal fez parte, a Companhia Mútua de Seguro de Vida de Escravos. De acordo com Saes e Gambi (2009), o seguro de escravos transportados por navios não era permitido pelo Código Comercial Brasileiro, em razão da proibição do tráfico negreiro, mas como o escravo tinha alto valor nas fazendas e propriedades urbanas “[...] seu seguro tornou-se uma peculiaridade do mercado nacional, enquanto a escravidão já havia sido abolida em quase todo o mundo” (Saes & Gambi, 2009, p. 16).

Outras instituições que faziam parte do cotidiano da cidade e da vida dos professores eram as irmandades, devoções, confrarias, ordens terceiras entre outras organizações de cunho religioso. Tinham geralmente o objetivo de incentivar a devoção a um santo e promover ações beneficentes. As irmandades, organizadas por leigos, e as ordens terceiras, subordinadas às ordens religiosas, com maior poder e dinheiro, tinham hospitais e atividades voltadas para o atendimento à população pobre. Poderiam favorecer a reunião de sujeitos de diferentes grupos sociais, estabelecer ‘solidariedades verticais’ e também servir como associações de classe, profissão, nacionalidade e etnia (Abreu, 1999).

Pardal ocupou cargos na administração de três irmandades/devoção: foi escrivão e secretário da Irmandade do Apóstolo Evangelista São Matheus; protetor

da Devoção da Nossa Senhora da Madre de Deus; e definidor da Irmandade Nossa Senhora da Luz. Nos casos da Irmandade de São Matheus e da Devoção, a atuação de Pardal foi marcada pela autoria e publicação de notas com diversos fins nos jornais.

Enquanto protetor da ‘Devoção’, em 1860, Pardal convocava os devotos a mandarem suas esmolas para o endereço do largo da Imperatriz, n. 121 (Correio Mercantil, 1860). O anúncio coloca ‘botica’ entre parênteses, para dar destaque, pois como já mencionado, esse endereço era o mesmo da escola pública de Santa Rita.

O processo de formação de um grupo de ‘devoção’ tinha uma trajetória simples, segundo Cavalcanti (2004). Bastava atingir certo nível de organização, registrar direitos e deveres em um ‘compromisso’, espécie de estatuto que definia regras disciplinares sem necessidade de oficialização formal: “Poderiam estruturar-se em torno de um oratório de rua, de casa particular, de altar de uma igreja com a permissão da Irmandade proprietária ou de seu pároco” (Cavalcanti, 2004, p. 206). A organização simples permite compreender o local combinado para entrega de esmolas dos devotos, a botica. Lugar conveniente para o ‘protetor’ Pardal, pois era próximo do professor e não atrapalharia o andamento das aulas na escola.

Enquanto escrivão e secretário da Irmandade de São Matheus, Pardal anunciava nos jornais de grande circulação, *Diário do Rio de Janeiro* e *O Mercantil*, as festas em homenagem ao apóstolo, no período entre 1845 e 1850. Segundo Abreu (1999), as festas eram o momento máximo das irmandades, fossem elas grandes ou pequenas, e permitem compreender “[...] o exercício da religiosidade popular e sua relação dinâmica, criativa e política com os diferentes segmentos da sociedade” (Abreu, 1999, p. 37).

Nos anúncios se informava que São Matheus estava ‘ereto’ ou se ‘venera’ na Igreja de Nossa Senhora de Lampadosa, local onde era realizada a festa. Tal igreja, localizada na freguesia de Sacramento, aparece na historiografia como um espaço frequentado por negros. Lopes (2006) assinala que a igreja, na primeira metade do século XIX, pertencia a uma irmandade de mulatos, servida por clero negro e abrigava um ‘cemitério dos africanos abastados’.

Uma litogravura aquarelada de Jean-Baptiste Debret, denominada ‘Enterro de uma mulher negra’, tem como fundo a igreja (Leenhardt, 2006). A cena, de acordo com Leenhardt, retrata um espaço com forte conotação simbólica e é tratada como um documento no estudo dos rituais da vida da população africana no Brasil. Por meio da imagem, ele ressalta, por exemplo, o fato das mulheres africanas estarem familiarizadas com a experiência religiosa católica, por serem obrigadas a seguir com suas patroas os rituais da religião. Tal análise é feita em contraposição à litogravura ‘O enterro do filho de um rei negro’, também de Debret, em que a cena

não denota a mesma perspectiva de ordem de ‘Enterro de uma mulher negra’ (Leenhardt, 2006)



Figura 1 - ‘Enterro de uma mulher negra’ de Jean-Batiste Debret. Ao fundo a Igreja de Nossa Senhora de Lampadosa.
Fonte: Debret (1839, prancha 16).

Entre os frequentadores da igreja encontra-se Machado de Assis que morou no Morro do Livramento, próximo à escola pública de Santa Rita. Facioli (2008) afirma que a madrasta de Machado de Assis, após a morte do pai dele em 1851, passou a fabricar e vender doces como meio de sustento. Para ajudar, Machado se tornou auxiliar do sacristão da Igreja de Nossa Senhora de Lampadosa, que Facioli ressalta ser uma das mais importantes irmandades de escravos, libertos e negros livres.

As características da sociedade brasileira no século XIX tornam a análise das relações travadas no período bastante complexa, como o modo que Pardal lidou com a questão da escravidão e do abolicionismo ao longo do tempo. Era membro da diretoria de uma irmandade ereta numa igreja de negros, num momento em que ele possuía escravo. Foi nessa época, mais precisamente no final do ano de 1848, que seu escravo, João Congo, atentou contra a sua vida, sendo preso por isto (Correio Mercantil, 1848). Foi membro de comissão da Companhia Mútua de Seguro de Vida de Escravos e, posteriormente, de uma sociedade abolicionista, da qual foi eleito presidente, em 1883. No dia da posse, proferiu um discurso no qual propôs a alteração do nome da ‘Associação Libertadora Visconde do Rio Branco’ para Sociedade ‘Abolicionista Visconde do Rio Branco’ “[...] para que se tivesse por fins a

prática de ideias abolicionistas” (Gazeta da Tarde, 1883). O significado dessa proposta de mudança da terminologia e da sua aprovação sugere mudanças no nível das discussões acerca do tema e a demanda por ampliação da atuação da entidade.

Tais fatos ocorreram em fases distintas da vida do professor. O incidente com João Congo se deu quando Pardal tinha 30 anos de idade e a participação na sociedade abolicionista se deu aos 65 anos. Segundo Barros (2017), não era algo incomum professor possuir escravos. Em estudo acerca da presença de negros no universo letrado na Província da Paraíba do Norte, a autora aborda o caso do professor Manuel Cardoso Vieira (1848-1880), negro, pertencente à elite paraibana e proprietário de diversos escravos que, dois anos antes de morrer, ligou-se ao grupo político dos abolicionistas. As diferentes posições que Pardal e os professores ocuparam na relação com a população escravizada indicam a complexidade da sociedade brasileira oitocentista e a necessidade tanto de pesquisas que verticalizem na sincronia, quanto de estudos que abordem a diacronia, permitindo assim a compreensão de um processo heterogêneo de constituição de modos de pensar e agir.

ATUAÇÃO EM ATIVIDADES RECREATIVAS

Pardal foi membro de diversas sociedades recreativas e musicais, como a Sociedade de Baile Guanabara, Sociedade Campestre, Club Fluminense, Club Mozart e Sociedade Recreio Dramático Riachuelense. Segundo Silva (2007), várias entidades promotoras de concertos foram criadas na segunda metade do século XIX, como o Club Mozart que teve importante atuação no cenário musical carioca. Apoiada nas pesquisas de Cristina Magaldi, Silva assinala que

[...] os clubes de música também fazem parte do processo de modernização urbano da cidade que teve entre suas principais influências a Inglaterra e França. Os clubes de música propiciaram também um ar cosmopolita para a vida musical na corte tornando-se importantes agentes na promoção de concertos na cidade (Silva, 2007, p. 22).

Pardal foi secretário no Club Mozart (Correio do Brazil, 1872), uma instituição recreativa, fundada em 1867, voltada para o desenvolvimento da música vocal e instrumental. Magaldi (2004) assinala que o clube era um espaço frequentado pela elite e que os estatutos estabeleciam que seus membros deveriam demonstrar boa conduta e “[...] decente posição na sociedade” (Magaldi, 2004, p.70). No cargo de tesoureiro da instituição, o Almanak Laemmert de 1884 registra outro professor primário, Gustavo José Alberto, baiano e negro, segundo Schueler (2007). Nesse sentido, também cabe destacar que, segundo Silva (2007, p. 24), Machado de Assis foi bibliotecário do Club Beethoven, representando a inserção de uma parcela da

população em instituições entendidas como elitistas: “[...] apesar do caráter segmentário, essas instituições recreativas possibilitavam uma convivência de diferentes socialmente, mas que estavam ligados em torno de um tipo de divertimento”.

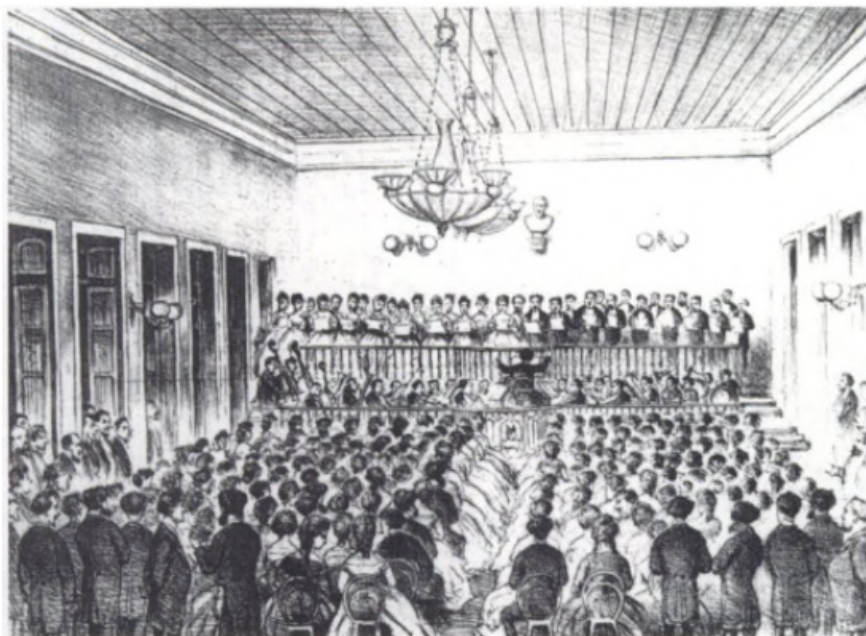


Figura 2 - Concerto de gala no Club Mozart, extraído do periódico A Vida Fluminense.
Fonte: Magaldi (2004, p. 71).

O Club Mozart também teve sua parcela de contribuição na organização da categoria, pois seu espaço seria usado para reunião de professores em 1884 (Gazeta da Tarde, 1884). A convocatória era seguida de uma numerosa lista de professores, entre os quais quatro mulheres. O mencionado professor Gustavo, tesoureiro do Club nesse período, não consta na lista, mas pode ter facilitado a autorização para a realização do evento num local cujos membros deveriam ter boa conduta e decente posição social. Tal fato denota o trânsito, a agência e o intercâmbio existentes entre os espaços, sujeitos e atividades que, a princípio, não eram correlatos, mas acabavam se conectando por conta das redes de sociabilidade dos sujeitos que os colocavam em funcionamento.

Pardal também foi secretário da Sociedade Campestre e, no mesmo período, contou igualmente com um colega docente como parte da equipe diretiva, o professor da escola pública da freguesia da Candelária, Luiz Thomaz de Oliveira, na condição de procurador (Correio Mercantil, 1860). A parceria com colegas também se deu em outra instituição, a Sociedade Particular Recreio Dramático Riachuelense. Segundo o estatuto de 1877 (Brasil, 1877b), tinha “[...] por fim promover entre seus associados o recreio e instrução por meio de representações de dramas, tragédias, comédias, etc.”. A sociedade era proprietária de um terreno registrado no próprio estatuto.

Art. 7º Constituem fundo da Sociedade: vinte e dois metros de terreno à rua D. Anna Nery na Estação do Riachuelo e o teatro que se está edificando no mesmo terreno, tudo no valor de vinte contos de réis, representado por duzentas ações de cem mil réis cada uma.

Coincidentemente ou não, o terreno ficava na mesma rua onde Pardal foi residir na freguesia do Engenho Novo, provavelmente em 1874, ano em que foi exonerado do cargo de subdelegado por motivo de mudança (Diário do Rio de Janeiro, 1874). A proximidade geográfica entre residência e sociedade facilitava a presença do professor nos vários cargos que ocupou na diretoria da sociedade. A esposa do professor, Elysa Pardal, participou de várias encenações no Riachuelense e recebeu diversos elogios nos jornais por seu considerado talento (Gazeta da Noite, 1880a, 1880b; Gazetinha, 1881; A Folha Nova, 1884; Brazil - Órgão do Partido Conservador, 1884a).

De acordo com o estatuto de 1877, a administração da sociedade era composta por uma diretoria de sete membros e de um conselho de dez membros, todos acionistas. A diretoria era formada pelo presidente, vice-presidente, diretor de cena, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro e procurador. O professor Pardal ocupou vários cargos. Fez parte do conselho, foi secretário, vice-presidente e presidente. No mesmo período em que era vice-presidente, o professor Augusto Candido Xavier Cony - que nesse momento também se tornava eleitor na freguesia de Santana pelo Partido Liberal -, assumia a comissão de contas da entidade (O Cruzeiro, 1878).

A sociedade igualmente constitui exemplo de que as questões políticas aparecem sobremaneira nos espaços de lazer. Enquanto Cony, ligado ao Partido Liberal, atuava no setor teatral da sociedade, o mesmo espaço foi lugar da reunião de eleitores da freguesia do Engenho Novo, em 1882, grupo do qual Pardal fazia parte (Almanak Laemmert, 1882). Também no teatro tomou posse a diretoria da mencionada Associação Libertadora Visconde do Rio Branco da qual Pardal se tornou presidente. Assim como no caso do Club Mozart o lugar era usado para reuniões com outras finalidades que não as recreativas.

Tais aspectos não devem ser encarados como mera coincidência. Não dispomos de mais informações que assinalem o processo que levou à instalação de reuniões de professores em espaços pertencentes a uma instituição de atividade distinta como as recreativas e literárias. No entanto, os sujeitos que transitam por tais lugares devem ser considerados nos processos de agência e de articulação social, política e profissional que demandam a mobilização de suas redes de sociabilidade, sujeitos diversos, espaços e instituições.

Silva (2007, p.10) afirma que “[...] o desenvolvimento desses clubes se dá em paralelo ao declínio das reuniões dentro do lar, já que se cria um ambiente próprio

à discussão, à audição, aos jogos e à leitura”. Podemos observar que também emergiram como espaços onde professores buscavam um momento para recreação e que, ao mesmo tempo, poderiam funcionar como lugar importante de desenvolvimento de sociabilidades diversas. Nesse sentido, música, teatro, literatura e demais atividades de caráter recreativo poderiam ser espaços para o lazer como também para fazer política, movimentos sociais e reuniões profissionais, aparentemente alheias ao espaço de diversão, mas com várias conexões tendo em vista as redes de sociabilidades constituídas. Como nos assinala Escolano (2011), a história da profissão docente também é a forma como os atores do ensino procuraram legitimar seu protagonismo social e cultural a partir de sua própria prática, que extrapola as paredes da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de notas, artigos, sátiras, propagandas e demais tipos de textos que compõem o gênero do jornal impresso forneceu um conjunto considerável de informações a respeito da circulação de um sujeito que atuava na escola, a partir da escola e sobre a escola. Os deslocamentos que Pardal realizou, sobretudo de funções, de professor a juiz de paz, passando por subdelegado de polícia, eleitor e presidente de uma instituição recreativa e uma sociedade abolicionista, mostra por quais espaços e círculos sociais transitaram durante sua trajetória.

Nesse sentido, serve de contribuição a ideia de Carvalho (2007) de que políticos circulavam pelo país em diferentes postos para ganhar experiência política e desenvolver uma perspectiva menos provinciana. Ao ajustar a escala a um enfoque micro-histórico, Pardal poderia ser, na perspectiva local, um professor que não se limitou ao espaço escolar e circulou por diferentes postos e convivências sociais que, intencionalmente ou não, proporcionaram a constituição de redes de sociabilidade, bem como a aquisição de uma experiência e traquejo políticos que lhe permitiram ganhar notoriedade e, possivelmente, votos.

Embora o presente estudo tenha focado a atuação de um docente, a pesquisa permitiu observar uma quantidade significativa de professores públicos primários em diferentes esferas de atuação, tanto no âmbito local quanto em questões de maior amplitude, demandando ajustar as lentes de observação, a partir do conceito de jogos de escala, no levantamento e na análise dos dados.

De uma maneira bastante heterogênea, as fontes investigadas apontam professores engajados em abaixo-assinados tanto para resolução de problemas locais, quanto de maior alcance geográfico, como, por exemplo, em favor da eleição de políticos; na organização de comissões locais variadas, quanto em comissões de instituições de maior porte como da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Contar com professores em seus quadros, poderia conferir maior legitimidade às instituições, auxiliar sua organização e o cumprimento de seus objetivos, como sugere o discurso de algumas entidades registrado em notas de jornais. Governo e setores da população reconheciam no professor uma figura importante nos processos sociais, podendo auxiliar tanto o governo na tarefa de administrar a sociedade quanto na administração de associações de iniciativa popular ou elitista.

A inserção e a atuação de professores como sócios, conselheiros e administradores assinalam um protagonismo docente na cidade, exercido em diferentes níveis de atuação, instituições e intensidade diversas, assim como observa Escolano (2011). Estavam ativamente envolvidos com a ordem, a política, economia, a beneficência, a religiosidade e o lazer na cidade. Apesar dos baixos salários, os professores primários usavam estratégias variadas e fugiam da representação de um professor passivo, recatado, que teria como única dedicação o ensino.

REFERÊNCIAS

Abreu, M. (1999). *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

Almanak Laemmert. (1882).

Almanak Laemmert. (1884).

O Auxiliador da Indústria Nacional. (1847a, 15 de setembro).

O Auxiliador da Indústria Nacional. (1847b, 27 de outubro).

Barbuy, H. (2006). *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo, SP: Edusp.

Barreto, P. R. C. (2009). *Sociedade auxiliadora da indústria nacional: o templo carioca de Palas Atena (Tese de Doutorado em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia)*. Instituto de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Barros, S. A. P. (2017). Universo letrado, educação e população negra na Parayba do Norte (século XIX) (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Blake, S. (1899). Dicionário bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional.

Borges, A. (2008). Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na Capital do Império Brasileiro (1854-1865) (Dissertação de Mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, Rio de Janeiro.

Borges, A. (2014). A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Borges, A., & Vidal, D. G. (2016). Racionalização da oferta e estratégias de distinção social: relações entre escola, distribuição espacial e família no Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). *Revista Brasileira de História da Educação*, 16 [2 (41)], 175-201.

Brasil. (1877a). Decreto nº 6.756, de 24 de novembro de 1877. Approva, com alterações, a reforma dos estatutos da Imperial Companhia de seguro mutuo contra fogo. *Lex: Coleção de Leis do Império do Brasil*, 2, 920-933.

Brasil. (1877b). Decreto n. 6.519, de 13 de março de 1877. Approva os estatutos da Sociedade particular Recreio Dramatico Riachuelense. *Lex: Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1, 179-184.

Brazil - Órgão do Partido Conservador. (1884a, 8 de agosto).

Brazil – Órgão do Partido Conservador. (1884b, 3 de dezembro).

Câmara Municipal. (1868). Programa dos festejos adotados pela Ilustríssima Câmara Municipal da Corte por terem lugar a chegada da faustosa notícia da vitória decisiva do exército dos aliados na República do Paraguai. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Perseverança.

Carvalho, J. M. (2007). A construção da ordem: a elite política imperial: Teatro das sombras: a política imperial (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Cavalcanti, N. (2004). O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Correio do Brazil. (1872, 28 de dezembro).

Correio da Tarde. (1860, 25 de fevereiro).

Correio Mercantil. (1848, 31 de dezembro).

Correio Mercantil. (1850, 24 de dezembro).

Correio Mercantil. (1860, 15 de abril).

Correio Mercantil. (1860, 4 de outubro).

Correio Mercantil. (1860, 22 de dezembro).

Correio Mercantil. (1861, 8 de agosto).

Correio Mercantil. (1862, 16 de setembro).

Correio Mercantil. (1859, 23 de dezembro).

Costa, A. L. J. da. (2012). O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência (Tese de Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

O Cruzeiro. (1878, 13 de junho).

Debret, J.-B. (1839). Voyage pittoresque et historique au Brésil (Tome troisième). Pa, FR: Firmin Didot Frères. Recuperado de:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393054/icon393054.htm

Diário do Rio de Janeiro. (1861, 24 de setembro).

Diário do Rio de Janeiro. (1867, 23 de janeiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1870, 10 de abril).

Diário do Rio de Janeiro. (1874, 5 de setembro).

Diário do Rio de Janeiro. (1877, 22 de janeiro).

Dias, M. O. L. da S. (1988). Sociabilidades sem história: votantes pobres no império, 1824-1881. In M. Freitas (Org.), *Historiografia brasileira em perspectiva* (p. 57-72). São Paulo, SP: Contexto.

Escolano Benito, A. (2011). Arte y oficio de enseñar. In *Coloquio Nacional de Historia de la Educación* (p. 17-26). El Burgo de Osma, ES: SEDHE.

Facioli, V. (2008). Um defunto estrambótico: análise e interpretação das Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo, SP: Edusp.

Flory, T. (1986). El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México, MX: Fondo de Cultura Económica.

A Folha Nova. (1884, 7 de abril).

Fonseca, T. N. de L. e (2010). O ensino régio na Capitania de Minas Gerais (1772-1814). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Gazeta da Tarde. (1882, 20 de setembro).

Gazeta da Tarde. (1883, 7 de junho).

Gazeta da Tarde. (1884, 26 de abril).

Gazeta da Noite. (1880a, 21 de janeiro).

Gazeta da Noite. (1880b, 22 de janeiro).

Gazeta de Notícias. (1881, 12 de março).

Gazetinha. (1881, 8 de fevereiro).

Ginzburg, C., & Poni, C. (1991). O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: C. Ginzburg, E. Castelnuovo & C. Poni (Orgs.), *A micro-história e outros ensaios* (p.169-178). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

O Globo. (1876, 20 de outubro).

Gondra, J. G., & Schueler, A. F. M. de (2008). *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

- Graham, R. (1995). Formando um gobierno central: las elecciones y el orden monárquico em el Brasil Del siglo XIX”. In A. Anino (Coord.), *Historia de las elecciones en Iberoamericana, siglo XIX: de la formación del espacio político nacional*. México, MX: Fondo de Cultura Econômica.
- Holloway, T. (1997). *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX* (Francisco de Castro Azevedo, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Leenhardt, J. (2006). Imagem e história em Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil de Jean-Baptiste Debret: o enterro do filho de um rei negro. In A. Lopes et al. (Orgs.), *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Lemos, D. C. de A. (2006). *O discurso da ordem: a constituição do campo docente na Corte Imperial* (Dissertação de Mestrado em educação). Faculdade de Educação da UERJ, Rio de Janeiro.
- Lopes, N. (2006). *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo, SP: Selo Negro edições.
- Magaldi, C. (2004). *Music in imperial Rio de Janeiro: european culture in a tropical milieu*. Maryland, USA: The Scarecrow Press Inc.
- Mattos, I. R. (1994). *O tempo saquarema*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Moraes, F. (2015). *O processo de escolarização pública na Vila de Cotia no contexto cultural caipira (1870-1885)* (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Munhoz, F. G. (2012). *Experiência docente no século XIX. Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná* (Dissertação de Mestrado em educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- O Paiz. (1885, 2 de setembro).
- O Publicador. (1866, 31 de dezembro).
- Revel, J. (1998). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getulio Vargas.

Pereira de Jesus, R. (2013). Cultura associativa no século XIX: atualização do repertório crítico dos registros de sociedades na cidade do Rio de Janeiro (1841-1889). In *27º Simpósio Nacional da ANPUH*. Natal, RN.

Rodycz, W. C. (2003). O juiz de paz imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. *Justiça & História*, 3(5), 35-72.

Saes, A. M., & Gambi, T. F. R. (2009). A formação das companhias de seguros na economia brasileira (1808-1864). *História Econômica & História de Empresas*, 12 (2), 1-36.

Schueler, A. F. M. de. (2007). Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). *Revista de Educação Pública*, 16 (32), 131-144.

Schueler, A. F. M. de. (2008). Práticas de escrita e sociabilidades intelectuais: professores-autores na Corte imperial (1860-1890). In *Anais do 5º Congresso Brasileiro de História da Educação* (p. 1-18). Aracaju, SE.

Schueler, A. F. M. de. (2002). *Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro(1854-1889)* (Tese de Doutorado em educação). Faculdade de Educação da UFF, Niterói.

Silva, J. G. (2007). *Profusão de Luzes: os concertos nos clubes musicais e no Conservatório de Música do Império*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional.

Teixeira, G. B. (2008). *O grande mestre da escola: os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro* (Dissertação de Mestrado em educação). Faculdade de Educação da UERJ, Rio de Janeiro.

Vidal, D. G. (2006). O museu escolar brasileiro: Brasil, Portugal e França no âmbito de uma história conectada (final do século XIX). In A. Lopes, L. Faria Filho & R. Fernandes (Orgs.), *Para a compreensão histórica da infância* (p. 199-220). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Villela, H. (2002). Imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX: alguns embates. In J. Gondra (Org.), *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República* (p.97-108). Bragança Paulista, SP: Edusf.

Viscardi, C. (2004). Mutualismo e filantropia. *Locus -Revista de História*, 10 (1), 99-113.

ANGÉLICA BORGES é graduada em Pedagogia e mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP, 2014). Professora adjunta do Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Campus Duque de Caxias (FEBF-UERJ), e professora da educação básica na Rede Municipal de Duque de Caxias (RJ). Integrante do grupo de pesquisa EHELO- FEBF (Estudos de História da Educação Local).

E-mail:

angelicaborgesrj@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-0207-943X>

Recebido em: 13.11.2017

Aprovado em: 09.08.2018

Como citar este artigo: Borges, A. (2018). Lugares do magistério na Corte Imperial: o protagonismo do professor Candido Matheus De Faria Pardal. *Revista Brasileira de História da Educação*, 18(48). DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e035>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).